

Educação Inclusiva: Práticas e Processos Formativos em Dissertações de Mestrado Profissional

Inclusive Education: Practices and Educational Processes on Professional Master's Dissertations

Karen Ribeiro¹, Carla Nunes Alves², Débora Regina Gallo³, Ismenia Lopes Oliveira⁴ e Lizarda Luciano do Carmo⁵

1. Psicóloga e Pedagoga. Mestra em Psicologia Social. Doutora em Educação (USP). Professora do Departamento de Educação e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <https://orcid.org/0000-0002-6962-4423>. 2. Pedagoga. Pós-graduada em Atendimento Educacional Especializado. Mestranda em Educação Inclusiva (Profei) da UEPG. Professora de recursos multifuncionais. <https://orcid.org/0009-0002-7915-643X>. 3. Pedagoga. Pós-graduada em Psicopedagoga clínica e institucional e em Práticas imersivas na educação. Mestranda em Educação Inclusiva (PROFEI, UEPG). Professora do Ensino Fundamental. <https://orcid.org/0009-0003-2735-2655>. 4. Pedagoga. Mestra em Educação Inclusiva (PROFEI - UEPG). Professora da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. <https://orcid.org/0009-0008-0764-207X>. 5. Pedagoga. Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva e em Docência para Educação Profissional e Tecnológica. Mestra em Educação Inclusiva (PROFEI-UEPG). Professora de Educação Infantil. <https://orcid.org/0009-0006-3958-9758>.
karenribeiro@uepg.br

Palavras-chave

Dissertação acadêmica
Educação inclusiva
Metapesquisa

Keywords

Academic Dissertation
Inclusive Education
Meta-Research

Resumo:

Este artigo objetiva analisar as dissertações de IES vinculadas à linha de pesquisa “Práticas e processos formativos para Educação Inclusiva” do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional defendidas em 2024. Trata-se de resultados parciais da pesquisa em andamento “Análise das dissertações do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) da linha três” e está vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Processos de Aprendizagem (GEP-ProA). Como procedimento metodológico foi utilizada a metapesquisa, sendo selecionadas seis dissertações disponibilizadas nos sites institucionais e analisadas na perspectiva histórico-cultural de acordo com referencial teórico, objetivos, justificativa e procedimentos metodológicos. Conclui-se: a) contempla o público da Educação Inclusiva; b) articula com as experiências profissionais das mestrandas; c) emprega a pesquisa-ação e diversos instrumentos de coleta de dados. Como desafios, sugere-se o aumento do número de participantes, de locais de pesquisa e de modalidades de ensino.

Abstract:

This article aims to analyze the master's theses from higher education institutions linked to the research line "Practices and Training Processes for Inclusive Education" within the National Network of the Professional Master's Program in Inclusive Education (PROFEI), defended in 2024. These findings are partial results from the ongoing study titled "Analysis of the Theses from the Professional Master's Program in Inclusive Education in the National Network (PROFEI), Line Three," which is affiliated with the Study and Research Group on Learning Processes (GEP-ProA). The methodological approach employed was meta-research, selecting six theses available on institutional websites and analyzing them through a historical-cultural perspective, based on their theoretical framework, objectives, justification, and methodological procedures. The analysis suggests: (a) addresses the population involved in inclusive education; (b) relates to the professional experiences of master's students; and (c) employs action research and various data collection instruments. Among the identified challenges, it is recommended to increase the number of participants, research sites, and teaching modalities.

Artigo recebido em: 10.06.2025.
Aprovado para publicação em:
11.08.2025.

INTRODUÇÃO

Na história da educação especial do país, a legislação avançou na garantia do direito à educação das pessoas com deficiência. Entretanto, ainda é possível identificar enfoque na adaptação. No inciso VI do Art. 3º da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015, por exemplo, “adequações razoáveis” são consideradas e definidas como:

adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

Pensar em ajustes na ordem social hegemônica não promove a transformação social. Mészáros (2008, p. 82, grifos do autor) afirma que

a educação contínua do sistema do capital tem como cerne a asserção de que a própria ordem social estabelecida não precisa de *nenhuma mudança significativa*. Precisa apenas de uma “regulação mais exata” em suas margens que se deve alcançar pela metodologia idealizada do “pouco a pouco”.

Para o autor:

procurar margens de *reforma sistêmica* na própria estrutura do sistema do capital, é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p. 27, grifos do autor).

Ressalta-se que, como reconhecido por Lemes, Tavares e Caiado (2017, p. 186) em pesquisa sobre acadêmicas/os com deficiência na educação superior na perspectiva histórico-cultural, “medidas pontuais para garantir a igualdade de oportunidades” são necessárias. Entretanto, advertem ser imprescindíveis “políticas sociais para a realização de mudanças na estrutura da sociedade que a cada dia tem acirrado mais as desigualdades sociais” (p. 186).

Ademais, a concepção de deficiência adotada por profissionais da educação interfere na organização do ensino. Conceber a deficiência enquanto aspecto biológico, limitante e individual, sem considerar as condições sociais e históricas em uma sociedade capitalista, pode levar à atuação docente voltada para adaptação do indivíduo ao que está posto, sem o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e apropriação da cultura (BOCCATO; FRANCO; TULESKI, 2017).

Desse modo, Januzzi (2004) propõe a educação como mediação, única maneira de possibilitar aos estudantes a tomada de consciência das condições sociais, políticas, econômicas e culturais existentes; a apropriação dos conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade, bem como a transformação da escola, do sistema de ensino e da sociedade capitalista. Assim, como mencionado por Amaral (1998, p. 27), a “reflexão continuada e sistematizada” acerca da condição vivenciada pelas pessoas com deficiência é fundamental.

Nesse contexto, as instituições de educação superior públicas têm compromisso com a formação docente no que concerne à educação das pessoas com deficiência. É responsabilidade do poder público a “adoção de

práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2015). Na formação de professoras e professores em universidades públicas, destaca-se o Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI), criado em 2020, tendo como área básica Ciências e Humanidades para Educação Básica (BRASIL, 2025).

De acordo com o último edital de seleção de candidatas/os às vagas de mestrado profissional (PROFEI, 2024), estão atualmente credenciadas 23 instituições de ensino superior federais e estaduais do país. A seguir, listam-se os nomes e as siglas de cada uma delas, e os anos de credenciamento de acordo com a Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): cinco da região Norte — Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (UNIFESSPA, 2020), Universidade Federal de Roraima (UFRR, 2021), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP, 2021), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM, 2023), Universidade Federal de Rondônia (UNIR, 2023) —, oito da região Nordeste — Universidade Estadual do Maranhão (UEMA, 2020), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2021), Universidade de Pernambuco (UPE, 2021), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN, 2023), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF, 2024), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE, 2024), Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL, 2024), Universidade Federal de Sergipe (UFS, 2024) —, duas do Centro-Oeste — Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT, 2020) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, 2021) —, quatro da região Sudeste — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, 2020), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2021), Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG, 2023), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES, 2024) — e a mesma quantidade na região Sul — Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2020), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, 2020), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2020), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, 2020).

Frente a essa expansão e sendo um dos critérios de seleção trabalhar como professores e professoras da educação básica (PROFEI, 2024), a pergunta orientadora deste trabalho é: como as dissertações da linha de pesquisa “Práticas e processos formativos para Educação Inclusiva” do PROFEI das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste abordam a Educação Inclusiva? O objetivo deste artigo é apresentar os resultados preliminares da pesquisa em andamento “Análise das dissertações do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) da linha três”, vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Processos de Aprendizagem (GEP-ProA).

O artigo está organizado em apresentação dos procedimentos metodológicos, seguida de análise dos resultados a partir da perspectiva histórico-cultural e, por fim, as principais conclusões.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo do trabalho, realizou-se a metapesquisa, “avaliação das pesquisas” com intuito de “identificar características, tendências, fragilidades e obstáculos para o desenvolvimento de um campo ou temática de pesquisa” (MAINARDES, 2018, p. 306). A identificação e seleção das dissertações do PROFEI das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país foram realizadas em maio de 2025. As demais regiões do país serão contempladas em outras publicações.

Foram acessados os *sites* da UNIFESSPA, UFRR, UNIFAP, UEMA, UEPB, UPE, UNEMAT e UFMT, instituições de ensino superior vinculadas ao programa em 2020 e 2021, com *links* disponibilizados na Plata-

forma Sucupira (BRASIL, 2025). A escolha da coleta de dados a partir deste *site* justifica-se por conter informações atualizadas dos programas de pós-graduação do país (BRASIL, 2025).

Posteriormente foram selecionados os trabalhos da linha de pesquisa estudada, totalizando seis dissertações: Figueiredo (2024), Rameh, (2024), Pontes (2024), Souza (2024), Silva (2024), Alves (2024). O número reduzido de trabalhos selecionados deve-se aos seguintes motivos: a) falta de disponibilização das produções nos *sites* acessados; b) escolha de analisar as produções da UNEMAT em publicação separada, como serão explicitados posteriormente.

Em relação à região Norte, no *site* do programa da UNIFESSPA, no menu consta a opção “Produções intelectuais” e em seguida “Dissertações defendidas”, mas com a seguinte informação: “Não há dissertações defendidas”. No *site* da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRR consta a opção “Mestrado e doutorado” com os nomes de todos os programas da instituição, entre eles “Educação Inclusiva”. Contudo, ao clicar neste *link*, a usuária é direcionada para o *site* de outra instituição do PROFEI, a Unespar. No *site* do programa da UNIFAP não há opção no menu para as dissertações.

Quanto às instituições do Nordeste, no *site* da UEMA o *link* apresenta erro no carregamento da página. No *site* da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UEPB há a opção “*Stricto sensu*”. Ao clicar em “mais informações” constam os programas de mestrados profissionais, entre eles “Educação Inclusiva”, porém, ao entrar na página não há opção no menu para as dissertações. Na página inicial da UPE há opção de “Pós-graduação” com acesso a “*Stricto sensu*” e ao “Mestrado em Educação Inclusiva Profei”. Na opção “Mestrado Profissional” consta “Dissertações” com possibilidade de busca por ano de defesa, com apresentação de data de defesa, autoria, unidade de pesquisa, orientador, título do projeto, linha de pesquisa, área de concentração e palavras-chave com opção para *download* dos trabalhos. O único ano disponível para pesquisa é 2024. Foram encontradas três dissertações, todas da linha três: Figueiredo (2024); Rameh (2024) e Pontes (2024). No entanto, os *links* disponibilizados apresentavam erros nos carregamentos das páginas, sendo necessária a pesquisa com os títulos dos trabalhos no *site* de busca *online*.

Em relação ao Centro-Oeste, no *site* do programa da UNEMAT há opção “Ensino” e em seguida “Dissertações e teses”. Nesta página existem 42 produções organizadas por ano de defesa (2022, 2024 e 2025), autoria, título da dissertação, orientador/a, data da defesa, resumo e *abstract*, mas sem a opção de baixar os arquivos. Considerando a quantidade significativa de trabalhos, optou-se por apresentá-los em outra publicação para evidenciar o processo de construção de conhecimento da área na instituição.

No *site* do programa da UFMT consta a opção “Defesas” com item “Recursos educacionais” de 2024 e “Dissertações” do mesmo ano, com autoria e títulos com *links* de acessos aos arquivos. Como poucos trabalhos explicitaram a linha de pesquisa e na apresentação das linhas de pesquisas no *site* não há os nomes das/os orientadores, foram escolhidos os que continham nos títulos, resumos e palavras-chave referências à formação e prática. Desta maneira, foram selecionadas três dissertações: Souza (2024), Silva (2024) e Alves (2024).

A seguir serão analisadas na perspectiva histórico-cultural, as dissertações de Figueiredo (2024), Rameh (2024), Pontes (2024), Souza (2024), Silva (2024) e Alves (2024), conforme referencial teórico, objetivos, justificativa e procedimentos metodológicos. Como o “objeto de análise é a natureza e a incidência das fragilidades e não a sua autoria”, em respeito ao trabalho das pesquisadoras e atendendo aos princípios éticos, serão evidenciados os “traços fortes identificados nas pesquisas, evitando nomear os autores de trabalhos que, porventura, não sejam bem construídos” (MAINARDES, 2021, p. 35).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação aos objetivos dos trabalhos, Souza (2024) analisa “quatro gêneros textuais e as respectivas atividades propostas no material didático de Português do 7º ano” para produção de “caderno pedagógico com possibilidades de ensino dos gêneros textuais utilizando os princípios do letramento visual visando aprimorar a aprendizagem dos estudantes surdos” (p. 22-3). Silva (2024) investiga as contribuições para professores das salas de recursos multifuncionais das formações continuadas sobre identificação de estudantes com altas habilidades/superdotação organizadas pelo Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (NAAH/S – Seduc/MT) para elaboração de guia como recurso educacional para docentes. Alves (2024) pesquisa a “formação dos professores regentes do Ensino Fundamental dos anos iniciais, para a alfabetização e letramento de estudantes da Educação Especial” (p. 20), ou seja, estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Figueiredo (2024) analisa “os desafios enfrentados pela gestão escolar e as professoras frente à inclusão e à permanência do/a estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na pré-escola” (p. 18). Rameh (2024) apresenta como objetivo a elaboração de material sobre recomposição da aprendizagem matemática para formação continuada, em conjunto com professoras das escolas municipais de tempo integral localizadas no campo. Pontes (2024, p.18) analisa “as estratégias de ensino e aprendizagem do português escrito (L2) para estudantes surdos/as com distorção idade/série” de uma escola pública de Recife-PE. É pertinente a menção da elaboração do recurso educacional nos objetivos, pois, além deste material ser uma das exigências no mestrado profissional (PROFEI, 2024), proporciona sua visibilidade em um dos aspectos essenciais dos elementos textuais da dissertação.

Em relação à condição estudada, coerentes com a especificidade do programa, os trabalhos abordam temáticas relacionadas ao público da Educação Inclusiva como estudantes de área campesina (RAMEH, 2024), todos os estudantes público da Educação Especial (ALVES, 2024) ou parte deles – surdos (SOUZA, 2024; PONTES, 2024), com altas habilidades/superdotação (SILVA, 2024) e com Transtorno do Espectro Autista (FIGUEIREDO, 2024).

Sobre o referencial teórico identificou-se: Teoria dos Três Anéis de Renzulli, Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner, Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel e Estudos Culturais. Constatou-se também citações de autores e autoras de referenciais teóricos distintos. Sobre este aspecto, Castro e Barroco (2017) ressaltam a importância da apresentação da abordagem epistemológica utilizada na análise de dados coletados na pesquisa, bem como para o emprego adequado de conceitos coerentes com as suas respectivas abordagens teóricas.

Com relação às justificativas das pesquisas, Silva (2024) refere-se a sua atuação de 14 anos como professora no NAAH/S do Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial (CASIES-MT), trabalhando com formação e orientação aos professores, atendimento a estudantes e seus familiares. Alves (2024) cita os questionamentos advindo da experiência profissional com observação, convivência e troca de experiência com colegas da rede municipal de ensino do município de Cuiabá-MT desde 2020. Figueiredo (2024) menciona indagações sobre os desafios enfrentados na atuação como professora da Educação Infantil e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de crianças com Transtorno do Espectro Autista.

Pontes (2024) refere a constatação das condições educacionais desiguais de estudantes surdos observadas em sua ampla atuação como professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental e do atendimento edu-

cacional especializado, professora intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em escolas estaduais de Pernambuco e coordenadora educacional de educação de surdos do município de Jaboatão dos Guararapes-PE. Como professora e formadora do ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental das escolas municipais de tempo integral localizadas no campo de Ipojuca-PE, Rameh (2024) justifica seu estudo com base em suas observações e troca de informações com colegas no retorno das aulas presenciais após o ensino remoto provocado pela pandemia do Covid-19. Souza (2024) aponta sua experiência como professora efetiva de Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos do Centro de Formação e Atendimento à Pessoa Surda do Estado da Seduc-MT.

Todas as justificativas estão relacionadas com questionamentos decorrentes das experiências profissionais, tendo em vista que o PROFEI apresenta como um de seus requisitos atuação como professora regente da educação básica na rede pública em sala de aula regular “ou de atendimento educacional especializado na modalidade de sala de recursos multifuncional ou de ensino colaborativo, ou de itinerância ou de Educação Especial que atuam como regentes de turma” (PROFEI, 2024). Neste sentido, destaca-se a condição de “estudante-pesquisadora” e educadora mencionada por Silva (2024, p. 21).

No que concerne aos procedimentos metodológicos, verificou-se: estudo de caso e análise documental (SILVA, 2024, RAMEH, 2024), pesquisa-ação (ALVES, 2024; FIGUEIREDO, 2024; PONTES, 2024; RAMEH, 2024), levantamento bibliográfico (FIGUEIREDO, 2024; SOUZA, 2024), pesquisa aplicada (SOUZA, 2024). Quanto aos instrumentos de coleta de dados, consta ampla variedade: questionário (SILVA, 2024; FIGUEIREDO, 2024; RAMEH, 2024), entrevista semiestruturada (ALVES, 2024; PONTES, 2024), mapas conceituais, nuvens de palavras por meio da ferramenta *Mentimeter* (RAMEH, 2024), sequência didática (PONTES, 2024; SOUZA, 2024). Os tipos de pesquisas e os inúmeros instrumentos de coleta de dados estão correntes com a exigência do mestrado profissional de produção de recurso educacional relacionado com os dados da pesquisa (PROFEI, 2021).

Sobre os locais das pesquisas, observou-se: o NAAH/S (SILVA, 2024), escola municipal de educação básica (ALVES, 2024); centro municipal de educação infantil (FIGUEIREDO, 2024), escolas municipais de tempo integral localizadas no campo (RAMEH, 2024), escola estadual (PONTES, 2024; SOUZA, 2024). Quanto aos participantes da pesquisa constam: professoras/es formadoras/es; professoras/es de sala de recursos multifuncionais; professoras/es regentes, efetivas, da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, do Ensino Médio; diretoras, vice-diretoras, supervisoras de ensino. Acrescenta-se que alguns trabalhos utilizam o masculino genérico, a ausência de informações sobre gênero das/os participantes em diferentes partes dos textos pode ocasionar a invisibilidade da mulher.

Merece destaque a participação de professoras/es formadoras/es, gestoras e professoras de escolas de tempo integral do campo. Sobre este último, Caiado, Gonçalves e Sá (2016, p. 340) acrescentam a necessidade de contemplar a diversidade das escolas do campo: “escolas de assentamento, terras indígenas e de áreas remanescentes de quilombos”. Ainda que parte da comunidade escolar tenha sido contemplada, outro aspecto relevante é a participação de diferentes profissionais envolvidos no processo de escolarização de pessoas com deficiência, conforme mencionado por Boccato, Franco e Tuleski (2017). Nota-se também a quantidade reduzida de participantes. Sobre este aspecto, Boccato, Franco e Tuleski (2017) recomendam pesquisas com tamanho das amostras mais significativas.

Evidencia-se também a menção de professoras efetivas entre participantes, lançando luz às condições de trabalho docente. Como apontado por Seki *et al.* (2017), a contratação crescente de professoras/es temporárias/os na educação básica acarreta incertezas em relação a sua subsistência e impede o planejamento anteci-

pado do trabalho educacional. Além disso, continuam os autores e autora, dificulta a mobilização profissional e “a construção da consciência crítica das novas gerações de estudantes e de novos desdobramentos históricos” (SEKI *et al.*, 2017, p. 955).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de localização e seleção das dissertações, nota-se a variação entre as instituições na escolha do *site* de hospedagem das informações: página do programa ou da Pró-Reitora de Pós-Graduação. Constatou-se que a organização no *site* da Pró-Reitora de Pós-Graduação parece ser um encaminhamento interessante por considerá-lo como parte do *stricto sensu*. Também há variação quanto à disponibilização das informações pertinentes ao trabalho. Aspectos como autoria, título, orientador/a, resumo, palavras-chave, linha de pesquisa e *link* de acesso aos arquivos são informações essenciais para leitura e estudo das dissertações.

Quanto aos trabalhos analisados, a maioria atende as demandas educacionais do público da Educação Inclusiva e está relacionada com as experiências profissionais das mestrandas. Quanto aos procedimentos metodológicos, empregam em sua maioria a pesquisa-ação, diversos instrumentos de coleta de dados, tendo representação como participantes de parte da comunidade escolar de Centros Municipais de Educação Infantil, escolas estaduais do Ensino Fundamental e do NAAH/S.

Como desafios para os futuros estudos, sugere-se: aumento do número da amostra das pesquisas, considerando também mães, pais e responsáveis de estudantes e a diversidade de profissionais relacionados com o processo de escolarização; outros locais de pesquisa como centros de atendimento de estudantes público da Educação Especial; além de temáticas relacionadas ao Ensino Médio, Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Jovens e Adultos.

Diante do exposto, assume-se neste trabalho a defesa pelas pesquisas realizadas por professoras e professores da educação básica, “estudantes-pesquisadoras” (SILVA, 2024, p. 21). A análise contínua das produções de um programa de Pós-Graduação pode promover avanços nas investigações e questionamentos das condições de ensino. Para as autoras — orientadora, mestrandas e egressas do PROFEI — a pesquisa contribuiu para o planejamento dos estudos em andamento. Espera-se que o trabalho também possa auxiliar as próximas pesquisas nas regiões contempladas, no sentido de atender suas especificidades locais e avançar nas possibilidades de investigação em um país de extensão continental e diversidade de contexto. Além disso, supõe-se que as informações sobre a coleta de dados beneficiem a organização dos *sites* institucionais para facilitar o acesso e disseminação das produções acadêmicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. C. **Indispensabilidades formativas nos anos iniciais do ensino fundamental**: a formação dos professores regentes para a alfabetização e letramento de estudantes da Educação Especial. 147 f. Dissertação (Mestrado profissional em Educação Inclusiva) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2024. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/259/V4d6dd989476736267ab6e2cdfeb2332fdd90c4d7.pdf>. Acesso em: 06/05/2025.

AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. 2.ed. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-30.

BOCCATO, T. do N. A.; FRANCO, A. de F.; TULESKI, S. C. A produção do conhecimento acerca do processo de escolarização das pessoas com deficiência intelectual. In: LEONARDO, N. S. T.; BARROCO, S. M. S.; ROSSATO, S. P.

M. (orgs.). **Educação especial e teoria histórico-cultural**: contribuições para o desenvolvimento humano. Curitiba: Appris, 2017. p. 65-80.

BRASIL. **Plataforma Sucupira. Dados Básicos do Programa**. 2025. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/viewPrograma.xhtml?jsessionid=Vj3mrQ0Naa7e8CzZ0TwTtxYg.sucupira-208?popup=true&cd_programa=33004129069P9. Acesso em: 05/05/2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05/02/2025.

CAIADO, K. R. M.; GONÇALVES, T. G. G. L.; SÁ, M. A. de. Educação escolar no campo: desafios à educação especial. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 22, n. 48, p. 324-345, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/4887/4450>. Acesso em: 24/02/2025.

CASTRO, F. dos S.; BARROCO, S. M. S. Linguagem e autismo: uma revisão crítica da literatura a partir da Psicologia histórico-cultural. In: LEONARDO, N. S. T.; BARROCO, S. M. S.; ROSSATO, S. P. M. (orgs.). **Educação especial e teoria histórico-cultural**: contribuições para o desenvolvimento humano. Curitiba: Appris, 2017. p. 81-105.

FIGUEIREDO, S. E. de. **Desafios da gestão escolar e professoras frente à inclusão e à permanência do/a estudante com transtorno do espectro autista (TEA) na pré-escola**. 206 f. Dissertação (Mestrado profissional em Educação Inclusiva) - Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata, 2024. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/973117>. Acesso em: 06/05/2025.

JANUZZI, G. Algumas concepções de educação do deficiente. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n.3, p. 9-25, maio 2004. Disponível em: <http://www.oldarchive.rbceonline.org.br/index.php/RBCE/article/viewFile/235/237>. Acesso em: 26/02/2025.

LEMES, M. J.; TAVARES, A. P. P.; CAIADO, K. R. M. Educação especial no ensino superior: reflexões a partir de relatos de acadêmicos com necessidades educativas especiais, egressos de uma universidade estadual. In: LEONARDO, N. S. T.; BARROCO, S. M. S.; ROSSATO, S. P. M. (orgs.). **Educação especial e teoria histórico-cultural**: contribuições para o desenvolvimento humano. Curitiba: Appris, 2017. p. 167-188.

MAINARDES, J. A metapesquisa no campo da política educacional: aspectos teóricos-conceituais e metodológicos. In: MAINARDES, J. (org.). **Metapesquisa no campo da política educacional**. Curitiba: CRV, 2021. p. 19-43.

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/L4GSjqQfPYz4whXWwHYmYgv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26/02/2025.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PONTES, A. B. de L. S. **Estratégias de ensino e aprendizagem do português escrito como L2 para estudantes surdos/as com distorção idade/série**. 106 f. Dissertação (Mestrado profissional em Educação Inclusiva) - Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata, 2024. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/973085/2/DISSERTAC%C3%87%C3%83O%20-ESTRAT%C3%89GIAS%20DE%20ENSINO%20E%20APRENDIZAGEM%20DO%20PORTUGU%C3%8AS%20ESCRITO.pdf>. Acesso em: 06/05/2025.

PROGRAMA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE NACIONAL. **Edital de abertura de inscrições nº 02/2024 para o mestrado profissional em educação inclusiva em rede nacional (PRO-FEI) para ingresso em 2025**. Disponível em: https://www2.uepg.br/profei/wp-content/uploads/sites/54/2024/10/edital_processo_seletivo_profei_2025_FINAL.pdf. Acesso em: 06/03/2025.

PROGRAMA DO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE NACIONAL. **Instrução normativa Profei nº 02/2024, de 02 de junho de 2024**. Estabelece critérios e orientações para a elaboração e defesa da Dissertação de Mestrado e do Recurso Educacional junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – Profei. 2024c. Disponível em: https://www.fct.unesp.br/Home/Pos_Graduacao/-educacaoinclusiva/02_2024_normativa_dissertacao_de_mestrado.pdf. Acesso em: 27/02/2025.

RAMEH, G. V. D. **Elaboração de material potencialmente significativo em uma perspectiva inclusiva para a recomposição da aprendizagem matemática no 3º ano do Ensino Fundamental em Ipojuca/PE**. 208 f. Dissertação (Mestrado profissional em Educação Inclusiva) - Universidade de Pernambuco, Nazaré da Mata, 2024. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/973113>. Acesso em: 07/05/2025.

SEKI, A. K. *et al.* Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 942–959, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10526>. Acesso em: 28/04/2025.

SILVA, L. P. G. da. **Altas habilidades/superdotação e a formação de professores para a educação inclusiva**: guia educacional como subsídio para identificação e atendimento dos estudantes em Mato Grosso. 110 f. Dissertação (Mestrado profissional em Educação Inclusiva) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2024. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/259/L4d995de0cc2006094f8e8c402920bb7772c56380.pdf>. Acesso em: 06/05/2025.

SOUZA, D. S. R. de. **Gêneros textuais e letramento visual**: contribuições para o ensino do Português para como segunda língua para surdos. 108 f. Dissertação (Mestrado profissional em Educação Inclusiva) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2024. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/259/D1f4c30ad88e6f5d87a23f266d48ed174d0435d44.pdf>. Acesso em: 06/05/2025.

